

Entre semiótica, semântica e semiologia, qual o lugar da comunicação?¹

Silnei Scharten Soares²

Resumo

O artigo³ discute alternativas às concepções formalistas de comunicação elaboradas no âmbito do estruturalismo. Com esta finalidade, detém-se sobre as reflexões de Gilles Gaston Granger e Émile Benveniste, para quem a comunicação situa-se para além da formalização da estrutura, vinculando-se à vivência dos sujeitos. Para Gaston Granger, a ambição por fazer da língua a matriz de formalização de todos os sistemas sógnicos é infundada, desautorizando sua extrapolação para sistemas não-linguísticos. Benveniste, por sua vez, elabora uma distinção entre a semiótica, entendida como sistema formal, e a semântica, a abertura do enunciado para os contextos de enunciação, pela qual o vivido projeta-se sobre o sistema linguístico – e, por extensão, sobre todos os sistemas sógnicos. Em ambos os casos, emerge uma noção de comunicação talvez menos rigorosa do ponto de vista formal, mas mais afeita à experiência cotidiana.

Palavras-chave: Semiótica. Semiologia. Semântica. Comunicação. Formalização

1 Este artigo foi originalmente apresentado ao GP Semiótica da Comunicação, durante o XIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, ocorrido em 2013 em Manaus, AM.

2 Professor do Departamento de Comunicação Social da UNICENTRO. Doutor em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação da UnB. E-mail: silneisoares@gmail.com.

3 Trata-se de uma síntese da tese de doutorado intitulada “Trabalho sobre o que se deteriorou. Explorações sobre a possibilidade de uma teoria pós-semiológica da comunicação”. O texto compõe-se de excertos da Introdução, do Capítulo 2 e das Considerações Finais. Agradeço ao Cnpq pela concessão da bolsa de estudos que tornou possível a realização do curso.

Entre semiótica, semántica y semiología, cuál es el lugar de la comunicación?

Resumen

El artículo analiza las alternativas a los conceptos formalistas de comunicación desarrolladas en el contexto del estructuralismo. Con este fin, se centra en las reflexiones de Gilles Gaston Granger y Émile Benveniste, a quien la comunicación se encuentra más allá de la formalización de la estructura, enlazando la experiencia del sujeto. Para Gaston Granger, la ambición de hacer del lenguaje la matriz de la formalización de todos los sistemas de signos es infundada, porque no se permite su extrapolación a sistemas no lingüísticos. Benveniste, a su vez, establece una distinción entre la semiótica, entendida como un sistema formal, y la semántica, la apertura del enunciado hasta los contextos de la enunciación, en el que la vida se proyecta sobre el sistema lingüístico - y, por extensión, sobre todos los sistemas de signos. En ambos casos, surge un concepto de comunicación quizá menos riguroso desde el punto de vista formal, pero más acostumbrado a la experiencia cotidiana.

Palabras-clave: Semiótica. Semiología. Semántica. Comunicación. Formalización

Between semiotics, semantics and semiology, what is the place of communication?

Abstract

The paper discusses alternatives to formalist concepts of communication developed in the context of structuralism. To this end, focuses on the reflections of Gilles Gaston Granger and Émile Benveniste, to whom the communication is located beyond the formalization of the structure, linking to the experience of the subject. For Gaston Granger, the ambition to make the language the matrix of formalization of all sign systems is unfounded, disallowing their extrapolation to non-linguistic systems. Benveniste, in turn, draw a distinction between semiotics, understood as a formal system, and the semantics, the opening statement for the enunciation of contexts, in which the living is projected on the linguistic system - and, by extension, on all sign systems. In both cases, it emerges a notion of communication perhaps less rigorous from a formal point of view, but more accustomed to everyday experience.

Keywords: Semiotics. Semiology. Semantics. Communication. Formalization

Introdução

O estruturalismo foi um movimento intelectual que, entre os anos 1950 e 1960, achou por bem eleger a si mesmo como avatar da cientificidade das humanidades e das ciências sociais, alçando o conceito de estrutura (em que pese suas inúmeras variantes) ao patamar de princípio de racionalidade do conhecimento científico e filosófico. Grande parte do sucesso da empreitada estruturalista pode ser debitada a seu cientificismo, expresso na incorporação de conceitos e métodos das ciências duras – particularmente, da matemática –, articulados aos princípios da linguística saussuriana. Fiel ao clima intelectual da época, o estruturalismo adotou a ideia de que, para ser considerada “científica”, a pesquisa necessitava objetivar a variedade de manifestações do fenômeno por meio de sua redução a um modelo formal, o único capaz de revelar sua estrutura imanente. O sentido do fenômeno seria desvelado pela identificação desta estrutura. Quanto mais rigorosa a construção do modelo, mais revelar-se-iam as diversas camadas de sentido do objeto e mais confiáveis os resultados obtidos pela análise.

O recurso à linguística era fundamental por duas razões: a primeira, de ordem epistemológica, remete aos procedimentos adotados por Ferdinand de Saussure para promover a bem sucedida conquista da autonomia da linguística, no início do século XX. Estes procedimentos – a definição do signo como uma entidade puramente relacional, opositiva e negativa; o privilégio dado à sincronia; a concepção da língua como sistema etc. –, permitiram a Saussure delimitar com precisão o objeto da linguística, e se tornaram o modelo almejado pelas humanidades em sua demanda por um estatuto de cientificidade equivalente ao alcançado pelas ciências exatas e da natureza. A segunda razão da adoção da linguística como ciência-piloto está relacionada ao projeto de modernização das ciências sociais e das humanidades, ocorrido na França, em meados dos anos 1950, que se apropriou do êxito da empreitada de Saussure para legitimar-se ideologicamente. A ruptura com a ciência praticada até então teve no corte saussuriano sua fonte de inspiração declarada.

A modernização levada a efeito pelos estruturalistas reforçou a concepção formal do sistema da língua, por

meio da matematização⁴ da estrutura, com a intenção de romper com o historicismo e o humanismo então vigentes na filosofia francesa da época. A migração do conceito de estrutura é diagnosticada por Roger Bastide que, na introdução a *Usos e sentidos do termo “estrutura”*, esboça um histórico do conceito, rastreando seu aparecimento desde o século XVII, quando o termo passa a expandir-se em direção ao homem (incluindo seu corpo, entendido como construção que organiza a distribuição dos órgãos) e às suas obras, especialmente a língua. O ano de 1930, segundo Bastide, é “uma data capital”, que marca tanto a irrupção do termo em praticamente todas as ciências sociais, quanto uma “mudança de sentido que a palavra ia sofrer sob a influência dos novos conhecimentos adquiridos no campo da lógica e da matemática” (BASTIDE, 1971a, p. 5). Esta evolução semântica do conceito corresponde à passagem de uma concepção organicista para uma definição formal, segundo a qual estrutura passa a ser compreendida como sistema de relações “que descrevem o funcionamento do fenômeno representado por um modelo” (GURVITCH apud BASTIDE, 1971a: 6).

José Guilherme Merquior referenda esta mutação do conceito ao afirmar que a definição de estrutura adotada pelo estruturalismo francês tem um “sentido matemático, significa um conjunto de relações abstratas definidas de modo *formal* e subentende um *modelo* válido para vários conteúdos diferentes, sendo estes ditos *isomórficos* exatamente porque compartilham a mesma estrutura” (MERQUIOR, 1991: 19).

É fácil identificar nesta orientação os elementos que sustentaram as razões da ambição estruturalista: a definição de sistema como jogo de diferenças, no qual a relação entre os termos prevalece sobre os termos em si, considerados isoladamente; a homologia estrutural entre fenômenos de natureza distinta, condição para sua transferência de um domínio da realidade a outro, e, finalmente, a possibilidade de extensão do método estrutural a um amplo espectro de ciências, capaz de unificá-las para além das fronteiras disciplinares.

Este último aspecto é importante. O poder de sedução do conceito de estrutura pode ser atribuído, em grande

4 Chamo de “matematização” a incorporação de conceitos da matemática por parte de teorias não-matemáticas.

parte, à capacidade de axiomatização de seus modelos explicativos, o que, supostamente, lhes garantiria universalidade, necessidade e suficiência. De todos os campos sobre os quais exerceu influência (psicanálise, filosofia, antropologia etc.), foi, entretanto, na semiologia que a formalização matemática encontrou maior ressonância. De acordo com François Dosse (1993: 241),

O estruturalismo semiótico se apresenta simultaneamente como o ramo mais formalizado do estruturalismo, o mais próximo das chamadas “ciências duras” da linguagem matemática; é certamente aquele cuja ambição foi maior, uma vez que, não satisfeita em ser um simples ramo do tronco lingüístico, a semiótica (...) deve englobar todo o campo das ciências do homem.

Notoriamente, a formalização estruturalista edifica-se sobre o modelo da linguagem – ou melhor, é à linguagem, entendida como estrutura, que se atribui a capacidade de formalização e modelização de todos os sistemas simbólicos (incluindo o discurso científico). O que talvez não seja suficientemente ressaltado é exatamente aquilo para o que Dosse chama a atenção: o papel que a matemática desempenhou neste projeto.

A (impossível) formalização matemática da linguística

A matematização da estrutura não passou despercebida a Gilles-Gaston Granger. No prefácio à segunda edição de *Pensamento formal e ciências do homem*, publicada em 1967, alerta que o termo *estruturalismo*, então disputado por três tendências distintas do pensamento da época – a história da filosofia, a linguística e a matemática –, deveria ser reservado apenas a esta última. A razão é simples:

o conhecimento de um objecto matemático refere-se não às qualidades isoladas de um ser, mas às propriedades formais de um sistema. E a natureza das relações que determinam, de cada vez, o sistema, deve ser tal, que estas possam ser descritas e reconhecidas sem equívocos (GASTON GRANGER, 1975a: 10).

Aparentemente, esta definição da matemática como sistema formal de relações assemelha-se à concepção da língua como sistema, no qual o valor dos elementos que o integram é dado unicamente pelas relações aí estabelecidas. Tal concepção encontra-se na origem do projeto saussuriano de fundamentar a linguística em base científica. A questão que se coloca é: a língua constitui, de fato, um *sistema formal*?

A pergunta é importante porque a possibilidade da linguagem ser tomada como modelo para todo e qualquer sistema simbólico depende exatamente desta condição: que ela seja concebida como sistema formal. Mas o que define um sistema formal? Segundo Gaston Granger, três características:

1. a presença de regras, explícitas ou não, que permitam separar, na matéria do signo, os elementos pertinentes; num signo, é pertinente todo aspecto do vivido que seja imprescindível (necessário e suficiente) para sua identificação e distinção de outros signos do sistema simbólico. O significante do signo é o conjunto destes aspectos. “Vê-se assim que (...) é postulada uma redução de **matéria do sinal**, a qual transfere a função significante para elementos mais ou menos abstractos” (GASTON GRANGER, 1973: 152). Nos sistemas não-formais, não é possível neutralizar formalmente os aspectos não-pertinentes e as particularidades de seu uso aqui e agora (decorre daí que nem todo sistema simbólico seja um sistema formal).
2. o conjunto dos significantes do sistema pode ser decomposto e remetido a um léxico finito de significantes elementares.
3. as regras do sistema formal “devem poder reconduzir-se a simples condições de *concatenação* dos elementos do léxico – condições cuja observância determina as ‘expressões bem formadas’ do sistema” (GASTON GRANGER, 1973: 154). As restrições e imposições do sistema fonológico são exemplo desta característica. Num sistema simbólico formal, uma expressão mal formada é uma expressão “sem sentido”. O mesmo não acontece nos sistemas simbólicos gerais, onde as regras para construção de sintagmas é mais flexível, e nos quais não há uma determinação *a priori* dos aspectos pertinentes do signo. De acordo com Gaston Granger (1973: 156), “as categorias de ‘gramaticalidade’ (...) só têm valor estrito no caso dos **sistemas formais**”.

Explicitadas estas condições, pode-se compreender porque, nos sistemas formais, a referência ao vivido é atenuada, quando não, anulada. Um sistema formal explicitamente estruturado, no qual os aspectos pertinentes são claramente distintos e que possui uma enumeração exaustiva do léxico, permite que o trabalho simbólico concentre-se sobre a manipulação sintática dos signos. “Dentro de um tal sistema, o **sentido** já não é essencialmente constituído senão por **reenvios** entre os **sinais**, visto que as próprias **relações** são então introduzidas como complexos de sinais (e de modo nenhum como extraídas do **vivido**)” (GASTON GRANGER, 1973: 156). Não é este o caso nos sistemas simbólicos em geral (não-formais), para os quais a remissão ao vivido é funcionalmente essencial: “de uma maneira ou de outra, *o simbolismo é feito para comunicar*, e a prática corrente da comunicação conduzirá seguramente a uma designação de **vididos individuais**” (GASTON GRANGER, 1973: 156; os grifos em itálico são meus).

A partir destas definições, que conceito se pode dar da língua? Para Gaston Granger (1973: 157), em primeiro lugar, a língua “é um **sistema simbólico** de *articulação múltipla*”, no qual apenas a *articulação-suporte constitui um sistema formal*. Por articulação-suporte entenda-se os fonemas, para os quais a definição saussuriana permanece válida: “Os fonemas são, antes de tudo, entidades opositivas, relativas e negativas” (SAUSSURE, 2006: 138). Tais características desobrigam a recorrência a qualquer critério semântico de definição: basta saber que os fonemas cumprem sua tarefa meramente pela relação que estabelecem entre si, no interior do sistema. Esta obrigação é uma consequência *funcional e não estrutural* do sistema, haja vista que este modo de concatenação é apenas um dos meios possíveis de constituição de um sistema formal.

Como sistema simbólico que comporta vários níveis, a língua admite outras articulações de signos além da articulação-suporte. É o caso dos monemas, por exemplo, com quais é introduzida no sistema a referência ao vivido, ausente da articulação-suporte dos fonemas. Entretanto, não é por sua capacidade semântica que os monemas se diferenciam dos fonemas, mas unicamente pelo fato de *não constituírem um sistema formal*. O mesmo vale para outros níveis de articulação da língua (morfológico, lexical etc.), que, embora a integrem, como parte do sistema simbólico por ela constituído, são irredutíveis a um sistema formal.

Tomar a língua como modelo de sistema formal, portanto, implica num risco, que “provém do facto de o próprio

fenômeno [a língua] ser *já* um **sistema simbólico**, e de, então, ser grande a tentação de o identificar com a imagem que dele possa dar um **sistema formal**” (GASTON GRANGER, 1973: 160). É perfeitamente possível que se possam construir sistemas formais sobrepostos ao sistema simbólico da língua, desde que se entenda que se trata, então, de uma metalíngua, cuja gramática, por mais formalizada que seja, não é, sob hipótese alguma, *imane*nte à língua, tal como o sistema-suporte do nível fonêmico. Estas gramáticas formais, que visam a modelização dos diferentes níveis de articulação da língua, não podem, por si sós, determiná-la como objeto da ciência sem levar em conta o **sistema formal imane**nte da articulação-suporte, da qual não passam de simulações mais ou menos aproximadas.

Em síntese, “Uma língua não é, pois, assimilável a um **sistema formal**, mesmo que diferentes **sistemas formais** possam descrever as suas facetas, e um **sistema formal** imanente lhe sirva de suporte informacional” (GASTON GRANGER, 1973: 163). No nível do suporte, os critérios de pertinência são distinguidos com clareza, mas o mesmo não acontece em níveis superiores de articulação, mais flexíveis, tampouco com tudo aquilo que escapa ao domínio do código. Consequentemente, da codificação da língua resta sempre um excesso de matéria, que permanece relativamente livre, pois não é utilizado pelo signo nos reenvios ao vivido. Esta parcela de liberdade pode ser utilizada pelos falantes da língua de forma mais ou menos restrita, obrigando-os a explicitar o que está sendo comunicado, ou então, de maneira fecunda, ampliando as possibilidades de expressão individual ou de criação estética.

As pretensões do estruturalismo linguístico e semiológico de atribuir às ciências humanas o mesmo grau de formalização da matemática não resistem, portanto, às críticas de Gaston Granger. Talvez a mais contundente seja a que desqualifica o anseio pela caracterização da língua⁵ como sistema formal. Como visto, a definição aplica-se so-

5 Saussure distingue língua e linguagem; a língua é definida como “um produto essencial da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 2006: 17). A linguagem seria, então, a capacidade de constituição da língua; esta, uma vez elaborada, vai permitir a atualização das possibilidades daquela. É a língua, no entanto, que introduz uma “ordem natural” no domínio multiforme e heteróclito da linguagem, constituindo um “princípio de classificação”, que cabe à linguística estudar. É este princípio ordenador que autoriza Saussure a afirmar que, embora venha a constituir apenas uma parte da semiologia, é da língua que esta deve tomar seus princípios. Para Gaston Granger, no entanto, “linguagem” parece significar todo sistema resultante de um trabalho de articulação, formal ou semiformal, de signos (é neste sentido que ele fala em “linguagem matemática”, por exemplo). Ainda assim, é fácil perceber que, em várias passagens, os dois termos sejam usados indistintamente. É assim que deles me aproprio: como sinônimos – não, é claro, no sentido de que o que vale para um, vale também para o outro, como pensava grande parte dos herdeiros de Saussure. Como vimos, do ponto de vista da formalização axiomática, o que vale para a língua (ou melhor, para um de seus níveis de articulação) não vale para as linguagens em geral.

mente ao nível fonêmico, sendo inadmissível sua extensão para outros níveis de articulação. Esta restrição, atuando no interior da língua, logicamente deveria desautorizar a extrapolação das características do sistema formal da articulação-suporte a outros sistemas simbólicos. Caem por terra, assim, as tentativas de garantir a axiomatização de todo e qualquer sistema simbólico por meio de sua redução à estrutura da língua.

Por outro lado, a formalização do sistema no nível da articulação-suporte tampouco autoriza afirmar que a linguagem seja tão formalizada quanto a matemática ou a lógica, sistemas “monoplanares”, cuja axiomatização recobre a totalidade do sistema, o que não acontece com a linguagem, da qual sempre sobra um excedente não formalizável.

É possível que a ausência de *embrayeurs* seja uma das razões pelas quais se tentou estender ao sistema da língua os traços definidores dos sistemas formais, já que a exclusão do referente é uma das consequências do almejado fechamento da estrutura linguística. Esta pretensão de uma formalização completa das ciências humanas vinha ao encontro do clima intelectual da época, fortemente mergulhado numa “ideologia do rigor”, que se alimentava, entre outras fontes, da modernização da matemática promovida pelo grupo Bourbaki. Segundo François Dosse,

A semiótica vê-se desse modo em convivência com o bourbakismo, em sua pesquisa sobre os códigos e mensagens trocados em torno de pólos de emissão, numa preocupação de formalizar sempre e cada vez mais os fenômenos de comunicação (DOSSE, 1993: 250).

Mas, como a história não evolui placidamente em direção a um fim pré-determinado, é possível identificar outras linhas de força que, paralelas e simultâneas ao desejo formalista do estruturalismo francês dos anos 1950-60, também se apresentaram ao debate. Émile Benveniste foi um dos que, juntamente com o próprio Gaston Granger, elaborou uma alternativa ao pensamento hegemônico da época.

Conclusão: a comunicação para além da estrutura

Aluno de Antoine Meillet, que, por sua vez, tivera Saussure como professor, Benveniste é reconhecido por seus

estudos sobre o discurso e a enunciação. Ao contrário de Saussure, que adotara um critério formal para definição da unidade mínima da língua, Benveniste elege o sentido como critério definidor, o que leva a propor, no domínio da linguagem, a divisão entre *semiótica* e *semântica*.

Para a semiótica, tomando o sentido como critério, a unidade mínima é o signo, sempre idêntico a si mesmo, cujo valor (ou seja, o sentido) é dado pela relação puramente diferencial entretida com os outros signos no interior do sistema da língua. “Quem diz ‘semiótico’ diz ‘intralingüístico’. Cada signo tem de próprio o que o distingue dos outros signos. Ser distintivo e ser significativo é a mesma coisa” (BENVENISTE, 1989a: 227-228). O semântico, por sua vez, diz respeito ao uso da língua em situações particulares de enunciação.

Com o semântico entramos no modo específico de significância que é engendrado pelo DISCURSO. Os problemas que aqui se colocam são função da língua como produtora de mensagens. (...) o semântico toma necessariamente a seu encargo o conjunto dos referentes, enquanto que o *semiótico é, por princípio, separado e independente de toda referência* (BENVENISTE, 1989b: 65-66; grifos meus).

O sentido semiótico, diz Benveniste, é *reconhecido* pela comunidade linguística como parte integrante da língua; o sentido semântico é *compreendido*, pois necessita ser ajustado à situação de enunciação para que possa ter validade. No primeiro caso, para os falantes da língua, importa saber se determinado signo faz parte desta língua – a resposta é sempre binária: sim ou não. No segundo, a língua é usada como mediadora da relação entre o homem e o mundo (incluindo outros homens), para a qual a experiência é fundamental. Esta distinção baseia-se na instituição da “noção de uso e de compreensão da língua como um princípio de discriminação, um critério. *É no uso da língua que um signo tem existência*; o que não é usado não é signo; e fora do uso o signo não existe” (BENVENISTE, 1989a: 227).

A adoção do critério pragmático – para Benveniste, a pragmática, assim como a sintática, faz parte da semântica – define, de maneira restritiva, o âmbito de atuação da semiótica às relações internas ao sistema: “em semiótica não se ocupa da relação do signo com as coisas denotadas, nem das relações entre a língua e o mundo” (BENVENISTE,

1989a: 228); por isso, o sentido semiótico do signo é sempre genérico e conceitual, nunca contextualizado; por fim, reafirmando a natureza formal do sistema da língua, “as oposições semióticas são do tipo binário. A binaridade me parece ser a característica semiológica por excelência” (BENVENISTE, 1989a: 228).

Não é necessário entrar nos detalhes da distinção estabelecida por Benveniste entre semântica e semiótica para perceber que esta última inclui a *semiologia*, entendida como a ciência dos signos do ponto de vista estruturalista – em outras palavras, da perspectiva equivocada da linguagem como sistema *integralmente* formal (formal em todos os seus níveis). Com a distinção, Benveniste restringe a formalização ao nível no qual ela efetivamente se aplica, o nível de articulação-suporte, nos termos de Gaston Granger, preservando, assim, seus níveis superiores – os da palavra e da frase – do alcance da formalização estrita. Não se trata, obviamente, de abrir mão das tentativas de definição rigorosa dos métodos e conceitos pertinentes a estes níveis, mas de entender que este esforço delimita um domínio próprio de validade, no qual a experiência mundana desempenha papel decisivo. A reconfiguração destes domínios – semiótico e semântico – faz toda a diferença do ponto de vista epistemológico. Benveniste está bastante consciente disso: “A semântica é o ‘sentido’ resultante do encadeamento, da apropriação pela circunstância e da adaptação dos diferentes signos entre eles. *Isto é absolutamente imprevisível. É a abertura para o mundo.* Enquanto que o semiótico é o sentido fechado sobre si mesmo e contido em si mesmo de algum modo” (BENVENISTE, 1989c: 21; grifos meus).

O acolhimento da imprevisibilidade e a abertura para o mundo promovem uma autêntica ruptura com a concepção de cientificidade almejada pelo estruturalismo, baseada nas pretensões de totalidade e certeza trazidas pela matematização do conhecimento. Além disso, Benveniste promove outro recorte decisivo: “Nosso domínio será a linguagem dita ordinária, a linguagem comum, com exclusão expressa da linguagem poética, que tem suas próprias leis e suas funções próprias” (BENVENISTE, 1989a: 221). A demarcação de um domínio de validade, como eu disse acima, é fundamental. Apartar a linguagem literária é um corolário da ênfase na linguagem ordinária, o que permite a Benveniste ressituar a comunicação no âmbito da semiologia, distinguindo a função que cabe a cada um de seus modos de significância: “a [função] de significar para a semiótica, a de comunicar para a semântica” (BENVENISTE, 1989a: 229).

Abrir mão de certezas apriorísticas tem seu preço, evidentemente. No caso de Benveniste, significa deslocar-se para um nível do processo de produção de sentido no qual tanto a descrição quanto o registro são bastante complexos. Vejamos: fiel ao princípio de que a língua serve para comunicar – é de onde ela retira seu sentido semântico –, Benveniste elege a palavra em uso no enunciado como unidade de análise. Esta opção decorre dos pressupostos que caracterizam o domínio do semântico: na comunicação linguística, parte-se do sentido para a frase, e desta para a escolha das palavras. A dupla determinação da palavra – semiótica, formal, interna ao sistema da língua, e semântica, advinda do contexto da enunciação, ao qual se faz referência – acarreta uma série de dificuldades técnicas do ponto de vista da operacionalização metodológica. Para se ter uma ideia da dificuldade que a demarcação do semântico acarreta, basta imaginarmos a situação peculiar na qual o pesquisador se vê envolvido, tendo que lidar com ocorrências únicas, irrepetíveis: “A frase é então cada vez um acontecimento diferente; ela não existe senão no instante em que é proferida e se apaga neste instante; é um acontecimento que desaparece” (BENVENISTE, 1989a: 231). Os métodos para a apreensão desta realidade fugidia, diz Benveniste, não estão dados; necessitam ser criados, levando-se em conta sua adequação ao objeto.

Claudine Harouche identifica no programa de Benveniste um quadro de análise que “conduz à descrição do particular, da diversidade do que a língua permite a serviço de sujeitos vivos e falantes na interação subjetiva, de qualquer maneira, uma nova hermenêutica” que remete, ainda que implicitamente, à fenomenologia. É esta escolha de “uma posição filosófica sobre a maneira pela qual o ser humano se apropria do mundo e de si mesmo”, que autoriza Benveniste a proceder à “combinação de uma teoria inacabada e de análises luminosas” (HAROUCHE, 2012: 182). Benveniste opta por uma teorização (ação de teorizar) que, mesmo inacabada (ou, talvez, justamente por isso), permite-lhe propor delimitações provisórias do objeto, na tentativa de dar conta de sua complexidade.

A diferenciação proposta por Benveniste entre os níveis semiótico e semântico ressoa aquela elaborada por Gaston Granger, que também distingue entre o sentido decorrente das relações sintáticas internas aos sistemas formais (o nível semiótico, de Benveniste), e o sentido que advém das relações entre os elementos de um sistema simbólico (não formal) e um vivido que lhe é, necessariamente, exterior (o nível semântico). Este último, Gaston Granger viria a

chamar, posteriormente, de significação, a qual “remete, em primeiro lugar, ao que ultrapassa a estrutura” (GASTON GRANGER, 1974: 134). Com a intenção de precisar o conceito de significação, Gaston Granger procede a uma comparação entre a língua cotidiana e a linguagem da ciência. “A língua usual”, diz ele, “é essencialmente instrumento de comunicação, sendo o conteúdo desta comunicação normalmente tomado de empréstimo ao que chamamos experiência” (GASTON GRANGER, 1974: 136). Sabemos que as linguagens formais, devido a seu fechamento (ausência de *embrayeurs*), não têm por objetivo a comunicação, entendida como remessa ao vivido.

Antes de prosseguir, Gaston Granger apresenta uma das definições de signo, dada por Peirce: “Um signo é qualquer coisa que esteja relacionada a uma Segunda coisa, seu Objeto, no que se refere a uma Qualidade, de tal forma a trazer uma Terceira coisa, seu Interpretante, em relação ao mesmo Objeto, e isto de maneira a trazer um Quarto em relação ao Objeto da mesma forma, *ad infinitum*”⁶ (CP 2. 92). Gaston Granger interpreta esta definição de uma maneira peculiar: em função da remessa infinita de interpretantes, que envia sempre a uma interpretação mais desenvolvida do mesmo objeto, como diz Peirce em outra definição⁷, este não é entendido isoladamente, mas adquire sentido no interior de uma *estrutura simbólica*, da qual faz parte como elemento. Para Gaston Granger, esta estrutura é a linguagem, que promove justamente uma *objetivação* da experiência vivida por meio da remissão à grade codificadora. O interpretante, na outra ponta do triângulo, recupera a experiência, assim codificada, articulando-a novamente ao vivido, e assim infinitamente. Adiante, veremos em que essa definição resulta de uma leitura muito particular do signo peirciano, a ponto de levar Gaston Granger a afirmar que “a doutrina de Peirce prefigura o estruturalismo dos lingüistas” (GASTON GRANGER, 1974: 137).

6 A Sign is anything which is related to a Second thing, its Object, in respect to a Quality, in such a way as to bring a Third thing, its Interpretant, into relation to the same Object, and that in such a way as to bring a Fourth into relation to that Object in the same form, *ad infinitum*.

7 A sign, or representamen, is something which stands to somebody for something in some respect or capacity. It addresses somebody, that is, creates in the mind of that person an equivalent sign, or perhaps a more developed sign. That sign which it creates I call the interpretant of the first sign. The sign stands for something, its object. (CP 2.228) [Um signo, ou representamen, é algo que representa algo para alguém, em algum aspecto ou capacidade. Ele dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente ou talvez um signo mais desenvolvido. Este signo que é criado chamo interpretante do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu objeto.]

Esta interpretação do conceito de signo de Peirce é importante porque é a partir dela que Gaston Granger enfrenta o problema das relações da estrutura com as significações – e o faz, como dito acima, a partir da análise da comunicação cotidiana: o intercâmbio linguístico entre um locutor e um receptor. Para o emissor, a situação apresenta-se assim: 1) ele parte da intenção de transmitir ao locutor uma determinada experiência. “A teoria das comunicações [ou seja, a teoria da informação] que, na realidade, se interessa somente pela transmissão, deixa completamente de lado essa experiência” (GASTON GRANGER, 1974: 145) (também a semiologia a exclui, por conta da autonomia do sistema da língua em relação ao referente); 2) essa experiência é codificada em uma grade, uma estrutura abstrata cuja função é objetivá-la em diferentes níveis, caso se trate da língua natural ou de alguma “linguagem” científica formalizada; 3) o que escapa a esta grade permanece como resíduo não codificável, porções da experiência que passaram por entre os furos da malha linguística.

A análise do processo comunicativo entre locutor e emissor revela que o uso da língua contém dois aspectos que, embora distintos, se complementam.

De um lado, uma codificação objetivante que aplica a rede lingüística sobre a experiência, tirando partido das oposições e correlações pertinentes entre os símbolos, para reproduzir uma certa estruturação dessa experiência assim transmutada em objeto. De outro lado, uma tentativa mais ou menos desenvolvida, mais ou menos feliz, de provocar no receptor da mensagem a evocação de interpretantes suscetíveis de recuperar do melhor modo possível os **resíduos da codificação**, mas desta vez **sob uma forma que não pode ser objetiva. São apelos diretos à experiência recebida pelo receptor** (GASTON GRANGER, 1974: 145-146; os grifos em negrito são meus).

O sucesso dos propósitos do locutor vai depender, portanto, do uso dos elementos não pertinentes ao sistema da língua, traços da fala que promovem remessas à experiência, situada além do que é passível de ser objetivado pela estrutura. Trata-se de traços que, no nível da língua, são redundantes, uma vez que “introduzem na fala marcas simplesmente virtuais, que prolongam materialmente a mensagem sem trazer informações novas ao nível de estruturação da língua” (GASTON GRANGER, 1974: 147). “Redundância” é entendida aqui no sentido de coerções materiais

resultantes da submissão de um sistema de signos ao uso concreto em determinada situação. O emprego expressivo da língua resulta da estruturação, no nível da fala, destes elementos redundantes no nível do sistema. Por aqui se percebe o quanto a ênfase na linguagem cotidiana permite compreender com mais clareza a utilização da língua em experiências comunicativas concretas.

Explicitado o que acontece no polo emissor, resta averiguar a situação do receptor, a qual envolve: 1) a mensagem, que se necessita decifrar por meio da remessa à experiência do próprio receptor – na qual se inclui a recepção desta mesma mensagem; 2) a decodificação da mensagem, por intermédio da remissão à estrutura da língua, aplicada sobre a experiência do locutor; 3) a própria experiência do receptor. Neste contexto, qual o papel dos elementos redundantes da mensagem, percebidos pelo receptor como potencialmente significativos, como marcas virtuais que enviam a uma significação global, mas que não podem ser diretamente decifrados, pois não remetem a nenhuma regra explícita, uma metaestrutura? Para Gaston Granger, “a fase transestrutural da mensagem tece ao redor do conteúdo objetivo um feixe de interpretantes organizando a experiência do receptor”. Esta organização é percebida tanto pelo locutor quanto pelo receptor como vinculada à experiência do primeiro, resultando numa comunicação meramente aproximativa, decorrente “do caráter imperfeitamente estruturado de todo sistema de significações” (GASTON GRANGER, 1974: 148). Por contraste, o conceito de informação, que pretende tornar eficaz a transmissão, refere-se apenas à função objetivante da linguagem, baseada em critérios estatísticos do código. É por isso que a teoria da informação restringe-se (ou deveria fazê-lo) ao problema da transmissão de mensagens, e não a sua significação.

É aqui que o conceito peirciano de signo demonstra sua produtividade analítica, pois permite compreender a dupla natureza do sentido, ao mesmo tempo objetiva e significativa: por um lado, “codeterminação numa estrutura abstrata”, correspondendo à remessa do representamen ao objeto (já vimos que este é entendido por Gaston Granger como estrutura simbólica); por outro, “evocação dos aspectos de uma experiência total, correspondendo aos interpretantes” (GASTON GRANGER, 1974: 143). Assim, o que Benveniste chama de semiologia, reunindo as modalidades semiótica e semântica do signo, pode ser equiparada à semiótica de Peirce, aplicada à comunicação linguística.

O que resta então à semiologia? Para responder, acompanhemos o raciocínio de Gaston Granger. Para ele, a

ciência tem por meta a axiomatização de seus princípios teóricos a partir da formalização – ou da objetivação – de conteúdos que se encontram já pré-estruturados na experiência pela mediação da linguagem.

O esquema do objeto científico, neste domínio, deve ser pois encarado como uma estrutura (...) e os símbolos que o exprimem comportam um sentido que é o conjunto de suas leis formais. Desse ponto de vista, uma semiologia é tão-somente uma metalíngua mais ou menos formalizada, que permite comentar o funcionamento por assim dizer interno do simbolismo objetivante que constitui a Ciência (GASTON GRANGER, 1974: 157-158).

A semiologia como metalíngua produz, então, comentários aos processos de objetivação levados a efeito pela ciência. Mas, o que acontece quando a semiologia debruça-se, ela mesma, diretamente sobre os resultados da atividade de significação humana no contexto da sociedade e da cultura (os produtos aí gerados sendo então definidos como “textos”)? Gaston Granger propõe que, neste caso, deveríamos considerar outro nível de análise semiológica, atuando não mais sobre o discurso científico, mas sobre os próprios processos de objetivação da experiência, de modo a “explicitar uma quase-estrutura latente concebida como sistema de expressão e de comunicação” (GASTON GRANGER, 1974: 158). Eis que surge o dilema: igualando sua atividade a da ciência, a análise semiológica só pode lidar, neste nível, com o *sentido* e não com as *significações*. Ao objetivar as estruturas latentes dos processos de significação, a semiologia pretende construir sistemas formais, cujo sentido é função das relações sintáticas entre seus elementos.

Resumidamente, os procedimentos consistiriam em isolar um corpus de análise para o qual seriam definidos os sistemas de oposições, em relação aos quais cada indivíduo constituiria apenas uma variante dentre todas as combinações possíveis (como um dentre os vários sintagmas que uma língua pode gerar). Entendidos como textos que necessitam ser formalizados/objetivados, os casos particulares são tomados “como material significante numa organização expressiva de nível superior, que constitui precisamente o objeto da análise semiológica considerada” (GASTON GRANGER, 1974: 159). A estrutura assim elaborada assemelha-se aos sistemas formais da ciência, com a diferença de que se trata de uma estrutura do tipo saussuriano, cujo modelo é a fonologia, que opera com um código informa-

cional. A saída para uma semiologia assim definida seria abandonar a pretensão de estender para os níveis superiores de análise a formalização estrita que rege o nível de articulação-suporte da língua. Reconhecer que a estrutura de tipo saussuriano não é um sistema formal em todos os níveis permitiria à semiologia compreender que os modelos que elabora constituem sistemas simbólicos (ou significantes), para os quais a remessa ao vivido é fundamental. Mas isso, na concepção de Gaston Granger, é tarefa da filosofia:

É necessário, pois, evitar confundir a análise semiológica de um sistema signifiante – como os cartazes publicitários, os programas eleitorais, os hábitos culinários ou a moda – com uma interpretação de suas significações no conjunto da prática social, isto é, com uma filosofia da publicidade, propaganda política, cozinha ou vestuário (GASTON GRANGER, 1974: 158).

Uma análise semiológica objetivante, restrita aos sentidos de um sistema formal, não poderia dar conta de uma hermenêutica das significações da experiência; “a diferença entre elas é de uma filosofia que interpreta as significações vividas e de uma ciência que objetiva as modalidades dos fatos de sentido e pesquisa sua estruturação” (GASTON GRANGER, 1974: 153). Como em Benveniste, aqui também chegamos a uma diferença entre sentido semiótico (formal, objetivante, estrutural) e sentido semântico (vivido, fruto da experiência, resíduo que escapa à estrutura, significação). Ao primeiro destina-se a semiologia estruturalista, com sua demanda pela matematização do conhecimento e sua ânsia pelo fechamento estrutural, pelo isolamento da linguagem e pela expulsão da comunicação, reduzida à transmissão de informação. Ao segundo cabe uma hermenêutica que leva em conta a experiência humana e seu contexto de interação social, *locus* privilegiado do intercâmbio comunicativo.

Gaston Granger propõe, para dar conta destas distinções, uma divisão da semiologia em três níveis: a Semiologia I, que “diz respeito ao funcionamento interno dos sistemas formais, enquanto remetem virtualmente a experiências”; ela “é uma matemática e, como tal, compete à Ciência, na medida em que consegue construir uma metaestrutura homogênea ao formalismo que toma como tema”; a Semiologia II refere-se à “própria atividade de constituição dos sistemas significantes a partir do vivido”, da qual resulta a esquematização científica, que tem como finalidade trans-

formar a experiência numa estrutura objetiva; os modelos simbólicos que daí resultam, sendo do tipo saussuriano, não recobrem todo o campo das ciências do homem (a semiologia II é a semiologia, tal como a conhecemos); e, por fim, uma Semiologia III, “referente às significações vividas e que relaciona os sistemas significantes – ou os sistemas formais – com a prática” (GASTON GRANGER, 1974: 166). Esta última é uma filosofia hermenêutica, que não visa à objetivação da realidade, mas à interpretação reflexiva do vivido.

A distinção entre ciência, semiologia e filosofia revela as insuficiências de uma concepção estruturalista do signo, compartilhada por Gaston Granger. Para entender o equívoco, é preciso retornar à sua incorporação do conceito peirciano. Vimos o quanto o conceito de signo, emprestado de Peirce, foi importante para a compreensão da dupla orientação do sentido: uma, objetiva, resultado da aplicação da grade codificadora (a estrutura); outra, experiencial, decorrente da remessa ao vivido. Esta leitura é condizente com a lógica triádica do conceito de signo em Peirce, que remete tanto à experiência quanto ao hábito interpretativo, tornado convenção. Mas, à diferença do modo como Gaston Granger o interpreta, *o objeto do signo não é uma estrutura*, exatamente por se situar ao lado da experiência. Como um Segundo, o objeto é um existente, que resiste – ou seja, objeta-se – àquilo que um intérprete tem a dizer sobre ele. Gaston Granger refere-se ao objeto, remetendo-o a uma “estrutura simbólica de que ele próprio é um elemento” (GASTON GRANGER, 1974: 137). Ora, esta “estrutura simbólica” é, na verdade, o interpretante, em cujas malhas o objeto é apreendido, de modo a incorporar-se aos hábitos interpretativos do sujeito, seja para reforçá-los, confirmando suas crenças, seja para alterá-los, caso estas crenças venham a ser abaladas pela dúvida. Não me parece que estaríamos sendo infiéis à concepção peirciana se atribuíssemos ao interpretante o caráter de estrutura simbólica, desde que não reduzamos “estrutura” ao modelo da língua – a língua age como interpretante na maioria dos casos, mas não em todos. Ela constitui aquilo que Peirce chama de interpretante lógico, que se manifesta na forma de argumento. Ao lado deste, há os interpretantes emocional e energético, que também traduzem efeitos provocados pelo objeto na mente do intérprete, mas que não são estruturados linguisticamente.

O reparo é necessário porque revela que nem mesmo Gaston Granger, com sua percepção bastante acurada da problemática da significação, estava totalmente imune à febre formalista dos anos 1960. Uma concepção não estrutu-

ralista de signo nos permitiria reconfigurar os três níveis da semiologia, articulando-os numa mesma semiótica (no sentido peirciano). Os níveis II e III, especialmente, não teriam necessidade de permanecer separados, justamente por conta da incorporação da experiência no âmbito do próprio signo – ou melhor, da semiose, da qual a remessa ao vivido é constitutiva (nem por isso, a semiótica deixa de ser uma filosofia). É claro que, para isso, seria preciso uma concepção genuinamente triádica do signo, à qual Gaston Granger até recorre, embora de maneira enviesada. Atribuir à filosofia a tarefa de refletir sobre a significação é consequência da concepção restrita de signo elaborada pela semiologia, para a qual a língua, apartada da fala, é erigida como modelo do processo semiótico. Esta opção não apenas exclui a experiência vivida dos falantes, como também reduz todas as semioses não-lingüísticas ao modo de produção de sentido da língua, o que resulta no apagamento de suas especificidades por conta da identificação forçada a um sistema de signos particular.

É interessante perceber que Gaston Granger destine à filosofia o trabalho com a significação (naquilo em que ela se opõe ao sentido), tal como, antes dele, já o fizera Benveniste, que, em um texto de 1954, indicava a importância dos estudos sobre o simbolismo para dar conta do problema da significação. E lamentava:

Vê-se em todo caso como será necessária, para o conjunto das ciências que operam com formas simbólicas, uma investigação das propriedades do símbolo. *As pesquisas iniciadas por Peirce não foram retomadas e é uma pena.* É do progresso na análise dos símbolos que se poderia esperar principalmente uma compreensão melhor dos complexos processos da significação na língua e provavelmente também fora da língua (BENVENISTE, 1991: 13; grifos meus).

Os processos de significação na língua, sendo objeto da linguística, deixam à disposição de uma semiótica da comunicação exatamente estes processos “fora da língua”. É a esta semiótica, de matriz filosófica, e não mais meramente linguística, que caberia incluir as experiências do vivido e do cotidiano, para as quais a subjetividade e as afecções do corpo são essenciais - tudo aquilo que excede às possibilidades de formalização estrutural.

Referências

BASTIDE, Roger (coord). Usos e sentidos do termo “estrutura” – nas ciências humanas e sociais. São Paulo: Herder / Edusp, 1971.

_____. Introdução ao estudo do termo “estrutura”. In: _____. Usos e sentidos do termo “estrutura” – nas ciências humanas e sociais. São Paulo: Herder / Edusp, 1971a. p. 1-12.

BENVENISTE, Émile. A forma e o sentido na linguagem. In: _____. Problemas de linguística geral II. Campinas: Pontes, 1989a. p. 220-242.

_____. Semiologia da língua. In: _____. Problemas de linguística geral II. Campinas: Pontes, 1989b. p. 43-67.

_____. Estruturalismo e lingüística. In: _____. Problemas de linguística geral II. Campinas: Pontes, 1989c. p. 11-28.

_____. Tendências recentes em lingüística geral. In: _____. Problemas de linguística geral I. Campinas: Pontes, 1991. p. 3-18.

DOSSE, François. História do estruturalismo, v. I: o campo do signo, 1945/1966. São Paulo: Ensaio / Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

GASTON GRANGER, Gilles. Língua e sistemas formais. In: STUMPF, J.; BOUVERESSE, Jacques; GASTON GRANGER, Gilles et alli. Filosofia da linguagem. Coimbra: Livraria Almedina, 1973. p. 139-171.

_____. Pensamento formal e ciências do homem I. Lisboa: Editorial Presença, 1975a.

_____. Filosofia do estilo. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HAROUCHE, Claudine. Semiologia, semiótica, semântica: observações sobre o emprego desses termos por Émile Benveniste. In: _____. Convite à linguística. São Paulo: Contexto, 2012. p. 173-183.

MERQUIOR, José Guilherme. De Praga a Paris. O surgimento, a mudança e a dissolução da idéia estruturalista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

PEIRCE, Charles Sanders. Collected Papers of Charles Sanders Peirce. HARTSTHORNE, Charles; WEISS, Paul (ed.), v. 1-6, 1931-1935; BURKS, Arthur (ed.), v. 7-8, 1958. Massachusetts: Harvard University Press.

SAUSSURE, Ferdinand. Curso de linguística geral. São Paulo: Cultrix, 2006.

Recebido em 30.04.2014. Aceito em 20.07.2014.

